

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SANTO ANDRÉ

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Aos administradores da
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SANTO ANDRÉ
 Santo André - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SANTO ANDRÉ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SANTO ANDRÉ em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe informação relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.



SGS Auditores Associados S/S Ltda
 CRC 2 SP 04.456/0-4

[Assinatura]
 Priscilla Kelly Godoy
 CRC 1 SP 185.652/0-5

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais	Nota	2020	2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição		3.608	897
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	3	376.169	315.985
Aplicações Financeiras - Com Restrição	4	932.247	81.947
Recursos a Receber	5	12.395	26.149
Adiantamentos		11.941	42.903
Estoques		52.926	38.114
Impostos a Recuperar		1.635	3.851
Despesas antecipadas		1.428	32.390
Total do ativo circulante		1.392.349	542.236
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósito Judicial (PIS S/Folha Pagamento)		57.060	38.807
Confissão de Dívida		52.894	58.894
Investimento Sicob Grande ABC		1.752	1.752
Propriedade para Investimento	8	1.450.818	-
Imobilizado - Sem restrição	6,1	522.260	2.059.389
Imobilizado - Com restrição	6	7.003.610	7.205.360
Intangível	7	144	287
Total do ativo não circulante		9.088.538	9.364.489
TOTAL DO ATIVO		10.480.887	9.906.725
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		37.209	630
Obrigações Sociais e Fiscais a Pagar	10	179.808	161.433
Provisão de Férias e Encargos		153.179	139.625
Projetos a Realizar	9,1	755.345	28.451
Seguros a Pagar		29.300	31.480
Parcelamento - Refis	11	1.154.841	390.490
Total do passivo circulante		3.677.330	382.380
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento - Refis	11	367.730	382.380
Subvenções governamentais relacionadas ao ativo	9	7.003.610	7.205.360
Total do passivo não circulante		7.371.340	7.587.740
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido		1.954.706	1.928.495
Total do patrimônio líquido		1.954.706	1.928.495
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.480.887	9.906.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.791.843	-	1.791.843
Superávit / Déficit do exercício	86	136.652	136.652
Transferência do superávit sem restrição	136.652	(136.652)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.928.495	-	1.928.495
Superávit / Déficit do exercício	26.211	26.211	52.422
Transferência do superávit sem restrição	26.211	(26.211)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.954.706	-	1.954.706

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa
 Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	26.211	136.652
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização sem Restrição	86.454	260.499
Depreciação e Amortização com Restrição	201.750	-
Perdas (Ganhos) na Alienação sobre o Ativo Imobilizado	-	822.070
Redução (aumento) do ativo		
Contas a Receber	13.754	128.896
Outros Ativos	37.076	(31.560)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	36.579	(32.257)
Obrigações Sociais e Fiscais	18.375	94.656
Provisão de Férias	13.552	(10.377)
Outras Obrigações	(45.701)	11.232
Subvenções governamentais	525.145	(1.481.827)
Geração (utilização) de caixa as atividades operacionais	913.195	(102.016)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(17.730)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	-	(17.730)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos/Recebimentos de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	913.195	(119.746)
Caixa e Equivalentes no Início do Período	398.829	518.575
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	1.312.024	398.829
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	913.195	(119.746)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais	Nota	2020	2019
RECEITAS			
RECEITAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL			
Secr Municipal da Assistência Social Termo 145/2020	1.087.903	1.067.419	
Receitas Financeiras	658	2.429	
FUNCAD Empregabilidade - Termo Nº 150/2017		53.919	
Receitas Financeiras		148	
FUNCAD Saúde - Termo Colaboração Nº 017/2019	106.405	88.023	
Receitas Financeiras	124	1.186	
TOTAL DAS RECEITAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	1.195.090	1.213.124	
RECEITAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO			
Secr Municipal de Educação - Termo Nº 147/2020	26.461	235.507	
Receitas Financeiras	2	576	
Secr Estadual de Educação - Termo Nº 2708/26/2016 3º termo	708.915	788.431	
Receitas Financeiras		4.240	
MEC - PDDE/ FNDE - Ofício Nº 4832/E/2019	11.214	13.210	
Receitas Financeiras	19	98	
TOTAL DAS RECEITAS DA EDUCAÇÃO	747.275	1.042.062	
RECEITAS DA ÁREA DA SAÚDE			
Col. Federal de Promoção - Termo Nº 25.000.071.892/2015-49	-	170.500	
TOTAL DAS RECEITAS DA SAÚDE	-	170.500	
RECEITAS DA ÁREA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS			
Telemarketing	12	530.852	546.225
Doações/Contribuições Associados		69.681	20.417
Estacionamento		-	1.984
Promoções/Bazar		103.229	140.890
Nota Fiscal Paulista		80.061	49.963
Aluguéis		116.013	161.418
Receitas Financeiras		4.087	7.036
Trabalho Voluntário	15	36.795	40.140
Federação das APAEs do Estado de São Paulo		122.892	130.612
Imobilizado com Restrição	6	201.750	-
Outras Receitas Operacionais		188	27.728
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	1.265.548	1.126.413	
TOTAL DAS RECEITAS	3.207.913	3.552.099	
DESPESAS			
DESPESAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL			
Despesas com Pessoal	(1.034.429)	(1.069.540)	
Despesas Administrativas	(164.086)	(121.925)	
Despesas com Consumos Diversos	(2.140)	(3.452)	
Despesas Financeiras	(1.220.921)	(1.208.430)	
TOTAL DAS DESPESAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	(1.220.921)	(1.208.430)	
DESPESAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO			
EDUCAÇÃO FEDERAL	(5.001)	(12.053)	
Despesas Administrativas	(3.166)	(3.182)	
Despesas com Consumos Diversos	(1.835)	(8.871)	
EDUCAÇÃO ESTADUAL	(694.287)	(840.898)	
Despesas com Pessoal	(676.730)	(771.269)	
Despesas Administrativas	(18.103)	(52.281)	
Despesas com Consumos Diversos	(396)	(7.974)	
Demais Despesas Associadas às Atividades	(198)	(7.548)	
Despesas Financeiras	(800)	(1.826)	
EDUCAÇÃO MUNICIPAL	(40.441)	(278.817)	
Despesas com Pessoal	(27.290)	(55.336)	
Despesas Administrativas	(12.534)	(12.535)	
Despesas com Consumos Diversos	-	(207.900)	
Despesas Financeiras	(627)	(1.097)	
Outras Despesas Operacionais	-	(1.949)	
TOTAIS DAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO	(739.729)	(1.131.768)	
SAÚDE FEDERAL	(2.718)	180.955	
Despesas Administrativas	(2.718)	(170.500)	
Outras Receitas	-	357.550	
Outras Despesas Operacionais	-	(6.095)	
TOTAL DAS DESPESAS DA SAÚDE	(2.718)	180.955	

Demonstrações do Resultado
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais	Nota	2020	2019
DESPESAS DA ÁREA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS			
Despesas com Pessoal	(525.063)	(589.340)	
Despesas Administrativas	(111.476)	(311.539)	
Depreciação com Restrição	(201.750)	-	
Depreciação sem Restrição	(86.454)	-	
Despesas com Consumos Diversos	(208.868)	(199.867)	
Demais Despesas Associadas às Atividades	(16.835)	(79.745)	
Despesas Financeiras	(24.753)	(32.757)	
Trabalho Voluntário	(36.795)	(40.140)	
Outras Despesas Operacionais	(6.340)	(2.816)	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	(1.218.334)	(1,256,204)	
TOTAL DAS DESPESAS	(3,181,702)	(3,415,447)	
SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO	26,211	136,652	

RECEITAS			
RECEITAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL			
Secretaria Municipal da Assistência Social	1.194.308	1.209.361	
Receitas Financeiras	782	3.763	
TOTAL DAS RECEITAS DA ASSISTENCIA SOCIAL	1.195.090	1.213.124	

RECEITAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO			
Colaboração Municipal	26.461	235.507	
Receitas Financeiras	21	674	
Secretaria Estadual de Educação	708.915	788.431	
Receitas Financeiras	664	4.240	
MEC - PDDE/ FNDE	11.214	13.210	
TOTAL DAS RECEITAS DA EDUCAÇÃO	747,275	1,042,062	

RECEITAS DA ÁREA DA SAÚDE			
Colaboração Federal	-	170.500	
TOTAL DAS RECEITAS DA SAÚDE	-	170,500	

RECEITAS DA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS			
Telemarketing	530.852	546.225	
Doações/Contribuições Associados	69.681	20.417	
Estacionamento	-	1.984	
Promoções/Bazar	103.229	140.890	
Nota Fiscal Paulista	80.061	49.963	
Aluguéis	116.013	161.418	
Receitas Financeiras	4.087	7.036	
Trabalho Voluntário	36.795	40.140	
Federação das APAEs do Estado de São Paulo	122.892	130.612	
Imobilizado com Restrição	201.750	-	
Outras Receitas Operacionais	188	27.728	
TOTAL DAS RECEITAS CAPTAÇÃO RECURSOS	1,265,548	1,126,413	
TOTAL DAS RECEITAS	3,207,913	3,552,099	

DESPESAS			
DESPESAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL			
Despesas com Pessoal	(1,034,429)	(1,069,540)	
Salários	(735,344)	(828,407)	

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SANTO ANDRÉ

Continuação - Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em Reais

5. RECURSOS A RECEBER		2020	2019				
Subvenção Termo Colaboração nº 017/2019		-	9.699				
Confissão de dívida		12.000	16.000				
Outros		395	450				
Total		12.395	26.149				
6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÃO							
Descrição	Taxa anual %	Saldo 31.12.2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo 31.12.2020	
Custo							
Terrenos		2.161.608	-	-	-	2.161.608	
Edificações		5.043.752	-	-	-	5.043.752	
Total		7.205.360	-	-	-	7.205.360	
Depreciação Acumulada							
Terrenos		-	(201.750)	-	-	(201.750)	
Edificações		-	(201.750)	-	-	(201.750)	
Total		7.205.360	(201.750)	-	-	7.003.610	
O Imobilizado com restrição é o imóvel sede da Entidade doado a título de concessão de uso pela Lei Municipal nº 9.526/2013 e sua devida depreciação correspondente ao exercício 2020.							
6.1 MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - SEM RESTRIÇÃO							
Descrição	Taxa anual %	Saldo 31.12.2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo 31.12.2020	
Custo							
Terrenos (*)		1.450.818	-	(1.450.818)	-	-	
Edificações		509.893	-	-	-	509.893	
Máquinas, equip. e instalações		157.570	-	-	-	157.570	
Móveis e utensílios		338.617	-	-	-	338.617	
Computadores e periféricos		176.916	-	-	-	176.916	
Veículos		62.672	-	-	-	62.672	
Total		2.696.486	-	(1.450.818)	-	1.245.668	
Depreciação Acumulada							
Edificações		(218.234)	(20.396)	-	-	(238.630)	
Máquinas, equip. e instalações		(96.355)	(7.456)	-	-	(103.811)	
Móveis e utensílios		(146.576)	(32.370)	-	-	(178.946)	
Computadores e periféricos		(129.973)	(13.554)	-	-	(143.527)	
Veículos		(45.959)	(12.535)	-	-	(58.494)	
Total		(637.097)	(86.311)	-	-	(723.408)	
TOTAL		2.059.389	(86.311)	-	(1.450.818)	522.260	
(*) Em 02/01/2020 foi realocado em conta contábil o imóvel oriundo de doação localizada na rua catequese através carta adjudicação 7ª vara família e sucessões matrícula 15.033 livro nº 02 para a conta contábil Propriedade para Investimento.							
7. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL							
Descrição	Taxa anual %	Saldo 31.12.2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo 31.12.2020	
Custo							
Sistemas e Softwares		18.467	-	-	-	18.467	
Total		18.467	-	-	-	18.467	
Amortização Acumulada							
Sistemas e softwares		(18.180)	(143)	-	-	(18.323)	
Total		(18.180)	(143)	-	-	(18.323)	
Total		287	(143)	-	-	144	

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		-	-
Adição		1.450.818	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		1.450.818	-
A Entidade adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e entender que é melhor informação. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) das propriedades para investimentos foi o método comparativo direto de dados de mercado, mediante o qual os valores dos terrenos e edifícios são obtidos pela comparação direta com outros semelhantes situados na mesma região geoeconômica ou em regiões de mesmo aproveitamento, ajustado se necessário as condições do bem específico. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.			
9. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS ATIVO			
Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais relativos ao Imobilizado Sede da entidade sendo que em 2020 a subvenção informada no passivo não circulante é decorrente de realização de parcela correspondente ao da depreciação do imobilizado, conforme abaixo:			
	2020	2019	
Passivo circulante	-	-	
Passivo não circulante	7.003.610	7.205.360	
Total	7.003.610	7.205.360	
9.1 PROJETOS A EXECUTAR			
Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, sendo que em 2020 a subvenção informada no passivo circulante será para investimento ou cobertura das despesas de projetos a serem realizados em 2021, conforme abaixo:			
	2020	2019	
Passivo circulante	755.345	28.451	
Total	755.345	28.451	
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS A PAGAR			
	2020	2019	
Salários a Pagar	76.826	69.460	
INSS a Pagar	18.796	14.515	
FGTS a Pagar	16.754	17.701	
IRRF a Pagar	6.852	10.359	
Mensalidade Sindical	-	4.713	
Bolsa Auxílio - Estágio a Pagar	655	780	
PIS S/Folha de Pagamento	59.838	41.689	
INSS S/Serviços Terceiros a Pagar	-	69	
INSS S/Serviços Terceiros a Pagar	-	1.423	
IRF S/Serviços Terceiros a Pagar	23	94	
Retenções PIS/COFINS/CSLL Lei 10.833	62	54	
Outros	-	576	
Total	179.808	161.433	
11. PARCELAMENTO REFIS			
O saldo do Financiamento - REFIS, atualizado até 31.12.2020, é de R\$ 397.030, amortizado mensalmente através de parcela calculada à razão de 0,3% da entrada bruta da Entidade. No exercício de 2020 foi apropriado pelo INSS ao saldo do financiamento os juros no valor de R\$ 1.781,83, tendo como base de cálculo a Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Também em 2020 reconhecemos no curto prazo uma projeção a pagar sobre as receitas de 12 meses e no longo prazo o restante da dívida totalizando o saldo do financiamento.			
	2020	2019	
Parcelamento - Refis (Circulante)	29.300	31.480	
Parcelamento - Refis (Não-Circulante)	367.730	382.380	
Total	397.030	413.860	
12. RECURSOS NA CAPTAÇÃO			
	2020	2019	
Telemarketing	530.852	546.225	
Total	530.852	546.225	

13. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIO ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício 2020								
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	PMSA Cidadania	Oferecer atendimento especializado a pessoa com deficiência intelectual, seus familiares, responsáveis e cuidadores, a fim de minimizar a exclusão social, promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência.	32.676	1.747.213	1.088.561	58.163	1.093.639	756.778
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	Convênio Secretaria Inclusão Assist. Social							
Modalidade: Custeio	Convênio FUMCAD	Prestação de assistência às pessoas com deficiência mental e/ou autismo que atendam os critérios de elegibilidade de cada programa em funcionamento na APAE de Santo André. Encaminhados pela Prefeitura de Louveira.	-	-	-	-	12.798	-
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	FUMCAD Empregabilidade							
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	Convênio Secretaria Municipal de Educação	Realizar oferta de atendimento educacional especializado a educandos com deficiência intelectual e múltipla, com ação voltada à diminuição a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador.	-	31.059	26.464	-	27.907	11.134
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ								
Modalidade: Custeio	Escola de Educação Especial	Promover o atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente- pervasivo com deficiências intelectuais ou deficiência múltipla associada a deficiência intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista, ou deficiência múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular.	4.935	769.313	709.579	53.993	694.287	99.775
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	Convênio MEC – Ministério da Educação	Atendimento a crianças que apresentam dificuldades no desenvolvimento neuropsicomotor encaminhadas pela Rede Municipal de Ensino	63	11.320	11.274	-	5.001	140
Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO								
Modalidade: Custeio	Pronas	-	-	-	-	-	2.718	-
Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE								
Modalidade: Custeio	Fumcad Saúde	Promover o empoderamento das crianças, seus responsáveis e demais atores de convivência e vínculo, estimulando, o mais cedo possível, o desenvolvimento integral das suas potencialidades.	44.273	123.217	106.529	-	114.484	64.420
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ								
Total			81.947	2.682.122	1.942.407	112.156	1.950.834	932.247

Exercício 2019								
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	PMSA Cidadania	Oferecer atendimento especializado a pessoa com deficiência intelectual, seus familiares, responsáveis e cuidadores, a fim de minimizar a exclusão social, promovendo o fortalecimento de vínculos e convivência.	83.353	1.090.234	1.069.848	89.809	1.116.097	32.676
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	Convênio Secretaria Inclusão Assist. Social							
Modalidade: Custeio	Convênio FUMCAD	Prestação de assistência às pessoas com deficiência mental e/ou autismo que atendam os critérios de elegibilidade de cada programa em funcionamento na APAE de Santo André. Encaminhados pela Prefeitura de Louveira.	71.836	-	54.067	1.643	2.123	-
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	FUMCAD Empregabilidade							
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	Convênio Secretaria Municipal de Educação	Realizar oferta de atendimento educacional especializado a educandos com deficiência intelectual e múltipla, com ação voltada a diminuição a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador.	70.627	272.442	236.084	57.805	266.282	-
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ								
Modalidade: Custeio	Escola de Educação Especial	Promover o atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente- pervasivo com deficiências intelectuais ou deficiência múltipla associada a deficiência intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista, ou deficiência múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular.	33.263	788.431	792.671	18.515	840.898	4.935
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO								
Modalidade e Órgão	Projeto NOME	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Ativo Bancos/ Aplicações
Modalidade: Custeio	Convênio MEC – Ministério da Educação	Atendimento a crianças que apresentam dificuldades no desenvolvimento neuropsicomotor encaminhadas pela Rede Municipal de Ensino	13.273	-	13.308	-	12.053	63
Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO								
Modalidade: Custeio	Pronas	-	1.344.025	-	170.499	-	170.499	-
Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE								
Modalidade: Custeio	Fumcad Saúde	Promover o empoderamento das crianças, seus responsáveis e demais atores de convivência e vínculo, estimulando, o mais cedo possível, o desenvolvimento integral das suas potencialidades.	-	124.800,00	89.209	-	90.212	44.273
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ								
Total			1.429.134	2.275.907	2.425.686	167.772	2.498.164	81.947

14. CONTINGÊNCIAS
A Entidade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2020 não há processos envolvendo risco de perda classificados pela Administração e pelos assessores jurídicos como provável e possível.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO
Durante os exercícios de 2020 e de 2019 a Entidade apurou um custo de R\$ 36.795 e de R\$ 40.140, respectivamente, decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

16. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA
Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2020 e de 2019, correspondem aos montantes de R\$ 486.947 e de R\$ 516.322, respectivamente.

17. RENÚNCIA FISCAL
Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre Folha de Pagamento, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

18. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS
Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. COBERTURA DE SEGUROS
A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros mantidos pela entidade são demonstrados abaixo:

Seguro	Seguradora	Vigência até	Valores LMG R\$
Incêndio/Raio/Explosão	Allianz Seguros	06/08/2021	2.572.351
Danos Elétricos	Allianz Seguros	06/08/2021	64.309
Despesas Fixas	Allianz Seguros	06/08/2021	12.896
Quebra de Vidros/Espelhos	Allianz Seguros	06/08/2021	50.000
RC Estabelecimento Ensino	Allianz Seguros	06/08/2021	102.894
Roubo/Furto Arrombamento	Allianz Seguros	06/08/2021	50.000
Vandalismo/Impacto Veículos	Allianz Seguros	06/08/2021	102.894
Danos Materiais	Allianz Seguros	06/08/2021	100.000
Danos Corporais	Allianz Seguros		100.000
Danos Morais	Allianz Seguros		20.000
Morte	Allianz Seguros		20.000
Invalidez Permanente	Allianz Seguros		20.000
Total			3.215.334

Seguro Patrimonial apólice nº 517720203Y80047726 Allianz Seguros; Seguro Veículo Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire Flex 8v 5p placa FXT 5604 Allianz Seguros proposta nº 113796535 apólice nº 517720203Y310446037;

19. PROJETOS
Os projetos em desenvolvimento na entidade são financiados pelos órgãos competentes, porém havendo a necessidade do uso de caixa não restrito para complementação dos gastos com o mesmo.

20. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
O efeito do COVID-19 nas receitas da entidade:
1. Recebemos os repasses dos convênios normalmente. Ajustamos o quadro de pessoal conforme nos permitiu a MP 936, convertida na lei 14020/2020 em 06/07/2020, para que as atividades remotas fossem executadas sem prejuízo para os assistidos uma vez que as atividades presenciais estavam proibidas e, da mesma forma para outros, efetuamos a suspensão temporária do contrato de trabalho sendo que, para estes estamos efetuando a devolução dos valores de salários (efeito negativo).
2. Outro ponto que contribuiu para redução das receitas previstas foi a proibição da realização, de forma presenciais de nossos eventos, como a festa junina e a Feijoada beneficente (efeito negativo).
3. Houve queda nas doações diretas via telemarketing (efeito negativo).
4. Criamos campanhas e live para incentivo e recuperação de receita (efeito positivo).
5. Campanha emergencial, depois do assalto que tivemos em meio a pandemia (a solidariedade das pessoas ocasionou um efeito positivo, na recuperação do que foi furtado).
6. Foi recebida em 22/10/2020 verba de R\$ 600.000,00 Emenda Emergencial que será realizada em 2021 e 2022.
O efeito do COVID-19 nas despesas da entidade:
Tivemos uma diminuição das despesas operacionais previstas por não ter atividade presencial para os assistidos de março à dezembro de 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 – O Conselho Fiscal de acordo com Art. 314 do Estatuto Social, submete à Vossa Senhoria o seu Parecer sobre as Demonstrações Contábeis da Entidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
2 – Foram efetuadas as verificações julgadas necessárias e adequadas;
3 – Analisou-se as Demonstrações Financeiras, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, as quais permitem adequada compreensão da situação financeira e econômica da Entidade e do Resultado em 31 de dezembro de 2020;
4 – Tomou conhecimento do teor do relatório de auditoria externa sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela SGS Auditores Associados S/S Ltda, cujo Relatório do Auditor Independente, datado de 23 de fevereiro de 2021 é de Opinião de que as Demonstrações Contábeis se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, bem como a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2020;
5 – As Demonstrações Contábeis em seu conjunto foram elaboradas de acordo com as Normas de Contabilidade adotadas no Brasil e de acordo com os Princípios de Contabilidade geralmente aceitos e não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse o Estatuto e as Legislações aplicáveis;
6 – Em face ao exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que este E. Conselho Deliberativo, de acordo com o seu Estatuto Social, em Assembleia, Aprove as Demonstrações Contábeis em conjunto com a análise financeira, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, consignando pedido ao Ilustre Presidente, se registrar em Ata, a confiança aos membros do Conselho Deliberativo e Diretores da APAE de Santo André, pelo empenho com que exerceram as suas funções.

Santo André, 15 de abril de 2021

Conselho Fiscal:
Paulo Rogério Magri
Cezar Moreira Filho
Wilson Ambrosio da Silva